

Codeplan projeta população menor no ano 2000

CLÁUDIA CARNEIRO

BRASILIA
EM
DEBATE

Brasília romperá o terceiro milênio com uma população estimada bem abaixo das previsões que até o início dos anos 90 alarmaram os estatísticos. Entre os previstos 2 milhões de habitantes, haverá proporcionalmente mais velhos, menos crianças e uma queda aproximada de 50% da migração, segundo projeção feita pela Codeplan com base no Censo/91. Entretanto, o agravamento dos problemas sociais apontam cada vez mais para um futuro caótico, a exigir do governo medidas que revertam o desemprego e assegurem a qualidade de vida dos brasilienses. Estes temas serão levantados na quinta e última mesa-redonda do seminário Brasília em Debate, realizado pelo Jornal de Brasília e Radiobrás, na próxima quarta-feira, aniversário da cidade.

O tema "Brasília Ano 2000 — Perspectivas" trará à tona as preocupações e sugestões de quatro personalidades ligadas à vida social e econômico da cidade e capital — o economista e ex-reitor da UnB, Cristóvam Buarque; o secretário de Obras Públicas do GDF, José Roberto Arruda; o deputado federal pelo PFL do DF, Osório Adriano; e o presidente do Banco do Brasil, Alcir Calliari. O debate será conduzido pelo jornalista Irineu Tamanini.

Migração — O Censo de 91 mostrou que o crescimento populacional de Brasília vem caindo a cada ano, acompanhando o que se observa no restante do País. A hipótese que se fazia de que a migração seria, ainda, nas primeiras décadas do próximo século, a grande responsável pelo crescimento populacional no DF caiu por terra.

Contrariando pesquisa da Caesb divulgada em maio de 90, em que a migração responderia por 56% da taxa de crescimento de uma população estimada em 3,62 milhões de pessoas em 2015, a Codeplan levantou que, hoje, este número não passa de 33%. Existem atualmente de 8 a 10 migrantes por mil habitantes no DF. Em 2010, serão 4,2, segundo a Codeplan.

Abastecimento — A aprovação do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) já assegura uma expansão urbana ordenada para os próximos 40 anos, rumo ao sudeste do Distrito Federal. O novo zoneamento urbano foi projetado para comportar mais 2 milhões de pessoas até 2030, respeitando os recursos hídricos, as características ambientais e o desenho original de Brasília, destacou o secretário José Roberto Arruda.

O abastecimento de águas novas áreas é, contudo, um dos maiores desafios do governo. O sistema do Descoberto garante água potável à população até o ano 2000, e o aproveitamento do futuro manancial que abastecerá Brasília ainda não passa de estudos na Caesb, segundo Irene Altafin, do Planejamento do Sistema de Água.

Desemprego — O governo brasileiro tem que procurar uma saída decisiva para acabar com o desemprego e evitar o caos social ainda nos fins deste século, na opinião do economista Cristóvam Buarque e o empresário e deputado Osório Adriano. Para Cristóvam, as perspectivas para o ano 2000 são muito obscuras se não for criado um modelo de saúde e educação para o Brasil, canalizando o atendimento às regiões menos favorecidas, única maneira de evitar que a cidade de Brasília continue sendo o destino final dos problemas sociais do restante do País.

A mesa-redonda do seminário Brasília em Debate, promovida pelo Jornal de Brasília, e Radiobrás, começa às 9h00, na sede do JBr, que fica no Setor de Indústrias Gráficas. (C.C)



A população deve diminuir proporcionalmente com a redução da pressão migratória

Fundo é a alternativa financeira

A criação de um Fundo do Distrito Federal, independente do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, é uma das alternativas mais eficazes para Brasília enfrentar os reduzidos repasses financeiros da União e consolidar sua autonomia econômico-financeira. Esta foi a conclusão levantada nos dois primeiros debates realizados no Jornal de Brasília, entre políticos, empresários e estudiosos, convidados para o seminário Brasília em Debate. Eles defenderam, por unanimidade, que somente com um fundo próprio, Brasília conseguirá suprir as carências próprias de uma capital da República.

"Brasília, contrariamente a todo o resto do Brasil, é uma cidade de joelhos. Tem que pedir, sistematicamente, recurso à União, que sejam alocados no Orçamento, para que possa, no máximo sobreviver", disparou o secretário da Fa-

zenda e Planejamento do GDF, Everardo Maciel, durante sua participação na primeira mesa-redonda, sobre o tema "Brasília: Dependente da União?".

Como capital da República, Brasília tem a função de manter a infra-estrutura administrativa do Governo Federal e representações diplomáticas. Esta tarefa, segundo os debatedores, justifica a garantia constitucional do repasse automático de recursos para a manutenção de áreas essenciais, como saúde, educação e segurança, que é defendida pela bancada parlamentar no DF.

Os recursos do Fundo do Distrito Federal, no entender de Everardo, seriam a soma das transferências voluntárias e as compulsórias já efetuadas tradicionalmente pela União. Hoje, elas representam

cerca de 65% da folha de pessoal. O senador Pedro Teixeira (PP-DF), autor de proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Participação do DF, acredita que sua aprovação somente será possível com um estreitamento das relações entre governantes e políticos locais e as lideranças nacionais.

O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, defendeu a criação de um parque industrial, que não seja lesivo à arquitetura e o modo de viver brasiliense. Segundo o ministro, a inexistência de recursos fiscais, sobretudo para manutenção do complexo administrativo do DF, é um dos problemas mais sérios vivenciados no Congresso e no Governo. O Distrito Federal, no entanto, recolhe para os cofres da União a terceira maior soma de tributos federais arrecadada em todo o País, perdendo apenas para São Paulo e Rio.

FCO deve gerar desenvolvimento

A transferência da gestão do Fundo do Centro-Oeste hoje administrado pelo Banco do Brasil — para o Banco de Brasília — BRB, a fim de dinamizar o desenvolvimento da agroindústria, turismo e dos demais setores da indústria regional, foi enfaticamente defendida pelo senador Mauro Benevides, líder do PMDB no Senado. Ao compor a terceira mesa-redonda do seminário Brasília em Debate, quando foi abordado o tema "Brasília — Função Capital", Benevides salientou que a medida incentivaria novos empregos e renda a curto prazo, evidenciando a estabilidade econômica de Brasília e região.

O senador ressaltou, para que Brasília cumpra sua função capital, a necessidade de se estimular iniciativas relacionadas à renda e se garantir novas oportunidades de emprego a milhares de trabalhadores desempregados ou no subemprego. O presidente do BRB, Vasco Ervilha, garantiu que a instituição tem plenas condições técnicas de gerir o FCO, abrindo à participação dos outros bancos estaduais do Centro-Oeste. Acrescentou que a regionalização de investimentos do FCO permitirá o crescimento do parque industrial e atividades terciárias.

"Por mais que Brasília se de-

envolva economicamente, teremos sempre necessidade de repartir com a União as despesas que o Governo do Distrito Federal é obrigado a realizar, em benefício da própria sobrevivência da população", ponderou Vasco Ervilha. O presidente do Clube dos Pioneiros de Brasília, José Carlos Gentili, propôs a criação de uma comissão permanente de análise conjuntural dos problemas do Distrito Federal. O fórum, segundo ele, seria o instrumento para que as dificuldades regionais da capital federal fossem solucionadas e os governos dos Estados vizinhos chamados à corresponsabilidade.

Crescimento deve ser planejado

O quarto debate do seminário realizado pelo Jornal de Brasília e Radiobrás, propondo discussões para a autonomia política, econômica e financeira de Brasília, levantou o desafio da expansão da capital. Ponto de consenso entre os participantes da mesa-redonda — os deputados federais Chico Vigilante (PT) e Augusto Carvalho (PPS); empresário Luís Estêvão; a assessora da Unesco, Briane Bicca; e o secretário do Desenvolvimento Econômico do DF, Nuri Andraus —, o desenvolvimento industrial de Brasília tem que se processar respeitando a condição da capital como patrimônio cultural da humanidade.

"Circundada por bolsões de miséria por todos os lados, cada vez vai ficar mais difícil para Brasília preservar o patrimônio da humani-

dade, tanto no aspecto ambiental, quanto nas linhas arquitetônicas", advertiu o deputado Augusto Carvalho. Para os debatedores, o desenvolvimento do Plano Piloto, inscrito em 1987 na lista dos bens do Patrimônio Mundial pela Unesco, não pode ser dissociado das cidades-satélites.

O deputado petista Chico Vigilante reforçou que Brasília precisa tirar proveito da condição de patrimônio da humanidade para ajudar a solucionar os problemas das satélites. "Não há como cercar Brasília, com uma redoma intocável", ilustrou. A defesa de Brasília passa pela oferta de trabalho para a massa de desempregados que vive nas cidades-satélites. Segundo o secretário Nuri Andraus, o apoio aos micro e pequenos empresários, também defendido pelo empresário do

Grupo OK, Luís Estêvão, vai possibilitar a absorção de mão-de-obra ociosa.

"Com a integração, com uma produção ajustada, poderemos encontrar o caminho para a geração de empregos. Se cada empresa de fundo de quintal empregar uma pessoa, teremos 20 mil empregos", constatou Nuri Andraus. Briane Bicca enfatizou o potencial turístico e cultural da cidade, ainda inexplorado economicamente, na sua opinião. Briane acredita também na projeção de Brasília como o futuro centro do mercado comum latino-americano, aos níveis do Mercosul, estendido para todo o continente. Como patrimônio da humanidade, capital situada estrategicamente na América Latina, Brasília tem envergadura e respaldo físico para este fim, reforçou.

Valdir Messias